

ANO XXII N. 97 5/6/2024

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[Resolução GP n. 334, de 31 de maio de 2024](#)

Altera a Resolução GP n. 316, de 25 de janeiro de 2024, que dispõe sobre o Comitê de Ética e Integridade e sobre os Subcomitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro e no Segundo Grau, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 4/6/2024, p. 1-2)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Resolução Conjunta n. 10, de 29 de maio de 2024](#)

Dispõe sobre os procedimentos e as medidas para a destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, bem como sobre medidas de transparência, impessoalidade, fiscalização e prestação de contas.

(DJe/CNJ 4/6/2024, p. 2-5)

[Resolução n. 561, de 27 de maio de 2024](#)

Altera as Resoluções CNJ nº106/2010 e 401/2021, conferindo maior efetividade à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores e às diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e em seus serviços auxiliares.

(DJe/CNJ 5/6/2024, p. 2-3)

[Resolução n. 562, de 3 de junho de 2024](#)

Institui diretrizes de política judiciária para a estruturação, implantação e funcionamento do juiz das garantias no âmbito da Justiça Federal, Eleitoral, Militar, e dos Estados, Distrito Federal e Territórios, altera e acrescenta dispositivos da Resolução CNJ nº 213/2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, conforme julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 sobre a Lei nº 13.964/2019.

(DJe/CNJ 5/6/2024, p. 3-11)

[Portaria Presidência n. 189, de 29 de maio de 2024](#)

Altera a Portaria Presidência n. 158/2021, que designa os integrantes do Fórum de Discussão Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário, instituído pela Portaria Presidência n. 119/2020.

(DJe/CNJ 5/6/2024, p. 11-12)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[Lei n. 14.879, de 4 de junho de 2024](#)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício.

(DOU 5/6/2024, Seção 1, p. 2)

[Portaria Conjunta PRES.INSS.SRGPS.MPS n. 47, de 3 de junho de 2024](#)

Altera a Portaria Conjunta PRES/INSS/SRGPS/MPS n. 38, de 30 de outubro de 2023, que dispõe sobre a alteração na prorrogação automática de 30 (trinta) dias quando da solicitação pelo beneficiário de prorrogação de Benefício por Incapacidade Temporária.

(DOU 5/6/2024, Seção 1, p. 77)

[Resolução CCFGTS n. 1.093, de 4 de junho de 2024](#)

Autoriza a utilização da Plataforma FGTS Digital para viabilizar a implantação de política pública que visa facilitar e melhorar a concessão de crédito consignado ao trabalhador celetista.

(DOU 5/6/2024, Seção 1, p. 83)